

Os Hospitalários nos Caminhos de Santiago: O Caso da Assistência no Norte de Portugal Medieval

– Tatiana Henriques

Resumo

Tomando como ponto de partida a Ordem Religiosa-Militar do Hospital e a sua missão fundacional assistencial, iremos tentar perceber a dimensão que esta prática teria no Norte de Portugal durante os séculos XIII e início do XIV. Neste estudo pretende-se estabelecer uma ligação entre uma possível prática assistencial da Ordem com os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela. Sendo este um dos mais importantes pontos de peregrinação durante toda a Idade Média, ao qual deverá ter afluído um grande número de peregrinos, pretende-se perceber se próximo dos caminhos que se localizavam em território português poderemos encontrar indícios desta prática. Através da análise da localização geográfica das comendas da Ordem, e também dos seus bens, iremos tentar compreender se existe uma aproximação com as vias de peregrinação e tentar-se-á compreender a possibilidade desta se ter verificado no Norte de Portugal Medieval.

Palavras-chave: Ordem do Hospital; assistência; vias; peregrinação.

Abstract

Taking in consideration the Military Order of the Hospital and their foundational mission of assistance to the needed, we will try to understand if this dimension of the order had been applied in the north territory of Portugal during the 12th and 13th centuries. In this article, we will try to make a connection between this assistance activity and the routes of peregrination to Santiago de Compostela. Being one of the most important local of peregrination during the Middle Age and were a lot of peregrines flocked, we'll try to understand if adjacent to that routes it's possible to find some signs of this practice. Through a geographic analyse of their *comendas* and of their patrimony, we'll try to understand if there is any connection of them with the routes that can make us explore the possibility of a assistance practice in this territory.

Keywords: Order of the Hospital; assistance; routes; pilgrimage.

Introdução

O presente trabalho, realizado no âmbito do Seminário em História Medieval, incide sobre a Ordem do Hospital em Portugal e os reflexos do seu carácter assistencial nos caminhos de peregrinação a Santiago, sendo que neste trabalho se tentará perceber se esta ordem apresentava uma rede de património capaz de estabelecer e sustentar esta prática, tal como era feito na sua casa mãe em Jerusalém. Mas, também se tentará compreender se esta mesma rede patrimonial detinha algum tipo de relação com os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela.

Este trabalho será assim dividido em três partes: uma primeira onde serão abordadas as questões ligadas à ordem do Hospital, nomeadamente a sua criação em Jerusalém, a sua fixação em Portugal, e ainda o seu carácter assistencial e de ordem militar; uma segunda parte dedicada ao culto de Santiago, nomeadamente sobre o crescimento deste centro de peregrinação, mas principalmente sobre as suas reflexões em território português, na qual ainda se irá a abordagem das vias medievais de peregrinação e a sua estreita relação com a assistência medieval, não só ao peregrino mas também ao pobre; e numa terceira parte, consistindo mais num trabalho de fontes, onde serão estabelecidos os resultados dos bens levantados nas inquirições de 1258 e 1288, de forma a estabelecer a rede patrimonial naquelas datas, mas também todo o processo de reconstrução de vias com base em trabalhos de diversos autores, ao qual se acrescentará a ligação entre estes dois fatores.

A ligação destes bens com os caminhos medievais de peregrinação a Santiago no Norte de Portugal será assim o objetivo final deste projeto. Para tal será necessário, para além do levantamento de bens, cartografar os mesmos junto das vias de peregrinação medievais, que neste projeto serão alvo de uma tentativa de reconstrução.

Assim, e após o estabelecimento de temas considerados fundamentais para a realização do objetivo deste projeto, pretende-se apresentar um quadro geral dos bens que a Ordem do Hospital detinha no final do século XIII, tal como estabelecer a rede viária medieval de peregrinação, para que num último momento estas informações possam ser cruzadas e permitam chegar a algumas conclusões.

Estado da Arte

Aquando da ideia inicial que pautou este projeto, e tendo em vista o tema estabelecido, tornou-se imperativa a leitura de várias obras sobre alguns dos aspetos

que o integram, nomeadamente sobre a Ordem do Hospital, o culto de Santiago e as suas manifestações, e ainda sobre os caminhos medievais de peregrinação.

É de salientar, que o nível de desenvolvimento destas questões não é nem de perto igual, sendo que as obras associadas quer à Ordem do Hospital quer ao culto de Santiago de Compostela, abundam em muito maior escala do que aquelas que são dedicados a um estudo dos caminhos medievais em geral, e de forma mais específica aos de peregrinação. Mas será relevante olharmos atentamente para cada uma delas de forma mais específica e individual.

Ao longo de toda a pesquisa bibliográfica sobre a Ordem de S. João do Hospital os títulos encontrados foram-se multiplicando, apesar de as informações apresentadas acabarem por ser as mesmas em todas essas obras. A verdade é que após a sua leitura mais exaustiva, a percepção clara que se tem é que os dois trabalhos de Paula Pinto Costa, nomeadamente as suas dissertações de mestrado e de doutoramento, apresentam uma verdadeira compilação das ideias estabelecidas por aqueles autores.

Ao fazer uma leitura atenta de outras obras, como por exemplo a *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos senhores Grão-Priores della, em Portugal* de José Anastácio de Figueiredo,¹ onde o autor estabelece uma clara perspetiva da ordem em Portugal de forma exaustiva, a verdade é que os trabalhos anteriormente referidos da autoria de Paula Pinto Costa conseguem demonstrar não apenas os aspetos da fixação da ordem em Portugal, mas também todo o processo organizativo da mesma.

Intituladas respetivamente, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal*² e *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Dos finais da Idade Média à Modernidade*,³ a autora demonstra não só os pressupostos da criação desta ordem em Jerusalém, onde adquire um carácter caritativo ao peregrino, como demonstra ainda a fixação em Portugal e toda a organização aqui estabelecida desta ordem, inserindo-a ainda na sua dimensão internacional. Ou seja, para além de analisar o funcionamento desde os seus membros até ao sistema organizacional em comendas de controlo patrimonial, demonstra a forma como eram organizadas internacionalmente estas novas aquisições dos Hospitalários, demonstrando a divisão em Línguas e a inserção do Priorado Português no de Castela.

¹ José Anastácio de Figueiredo, *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della, em Portugal*, (Lisboa, 1800).

² Paula Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal*, [Dissertação de Mestrado], (Universidade do Porto, 1993).

³ Paula Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Dos Finais da Idade Média à Modernidade*, [Tese de Doutoramento], (Universidade do Porto, 1999/2000).

A verdade é que nos trabalhos desta autora são sintetizados alguns dos pressupostos fundamentais para a realização deste trabalho, nomeadamente o papel que esta ordem detinha na assistência aos pobres e peregrinos, mas também do estudo feito sobre a organização dos bens que detinham, e que se tornam fundamentais para que se pudesse manter não só a ordem em si mas o seu papel de apoio aos peregrinos.

Estas obras conseguem claramente sintetizar não apenas aquilo que foi estudado sobre a ordem e os seus pressupostos, mas também ficam claras as questões historiográficas que diversos autores têm discutido, acerca da cronologia da fixação da ordem em Portugal e de que indícios nos apontam para a mesma, e que não são ainda consensuais.

Outro dos pontos que se tornou fundamental estabelecer foi a questão de Santiago de Compostela, e não apenas do seu crescimento na Idade Média, mas também da dimensão que este culto assumia em Portugal. A verdade é que vários trabalhos são dedicados também a este tema, mas a atenção deste projeto recaiu mais na questão da relevância deste culto em Portugal, e mais propriamente no Norte, do que nas medidas tomadas ao longo do período medieval para a exaltação de Santiago de Compostela.

Klaus Herbers, no seu trabalho *La monarquía, el papado y Santiago de Compostela en el Medioevo*,⁴ estabelece uma visão clara da dimensão do culto de Santiago de Compostela ao longo da época medieval e, talvez dos temas mais trabalhados, salienta o papel de Diego Gelmirez nesta promoção compostelana. O seu papel é tão relevante nesta empreitada, que Frei Manuel Suarez na sua edição e tradução da História Compostelana, dá como subtítulo à mesma *o sea hechos de D. Diego Gelmirez, primer Arzobispo de Santiago*.⁵ Mas como estes títulos abordam de forma mais genérica o tema do crescimento de Santiago de Compostela como pólo de peregrinação, torna-se fundamental estabelecer a relevância desse culto em Portugal, sendo de destacar os trabalhos de José Marques, dedicados a temas como a peregrinação e a assistência medieval ao peregrino compostelano.

⁴ Klaus Herbers, "La Monarquía, el Papado y Santiago de Compostela en el Medioevo". *Santiago de Compostela: Ciudad y Peregrino*, Galicia, 2004.

⁵ Fr. Manuel Suárez, *La Compostelana: o Sea Hecho de D. Diego Gelmirez Primer Arzobispo de Santiago*, (Santiago de Compostela, Editorial Porto, 1950), XXVII.

Títulos como *O culto de Santiago no Norte de Portugal*,⁶ *Os santos dos caminhos portugueses*⁷ e *A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal*,⁸ revelam estudos sobre a presença de hospitais, albergarias de mosteiros de apoio aos peregrinos, não tanto no sentido da sua localização mas do seu funcionamento, e fundamentalmente José Marques demonstra alguns critérios que nos provam que o culto de Santiago era realmente difundido no território português.

José Marques apresenta-nos como exemplo a peregrinação de diversas personalidades célebres, como monarcas e membros da nobreza, a questão de paróquias e capelas que tinham S. Tiago como padroeiro ou orago, e ainda a questão testamentária, onde muitas vezes se salientavam doações à arquidiocese compostelana e, talvez ainda mais importante para este projeto, as doações feitas para estradas, pontes, hospitais e albergarias onde salientam mesmo que são para o apoio aos pobres e peregrinos.

Será ainda de destacar Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que no seu trabalho *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal*⁹ demonstra exatamente que a mendicidade era itinerante, e que junto das vias de peregrinação os mendigos pediam esmolas e encontravam o apoio nestas instituições de assistências, que para além do apoio aos peregrinos a estes prestavam auxílio da mesma forma.

Talvez uma das maiores dificuldades apresentadas para este projeto seja a questão das vias medievais portuguesas. A produção de trabalhos para este tema é claramente diminuta face aos temas anteriores, cingindo-se a alguns trabalhos como a tese de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que continua a ser uma das grandes referências, mas também alguns estudos de Manuel Cadafaz de Matos, José Marques e Humberto Baquero Moreno.

Tal como José Marques refere claramente:

o que hoje se sabe sobre os caminhos portugueses, sobretudo em relação ao Entre Douro e Minho, mercê dos estudos do malogrado e saudoso Professor Carlos Alberto

⁶ José Marques, "O Culto de Santiago no Norte de Portugal", *Actas del II encuentro sobre los Caminos Portugueses a Santiago*, Asociación Amigos de los Pazos, 59-85.

⁷ José Marques, "Os Santos dos Caminhos Portugueses". *Revista da Faculdade de Letras- História*, 3ª série, 7 (2006): 243-262.

⁸ José Marques, "A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal na Idade Média". *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela: Atas*. Porto, 1989, 9-22.

⁹ Carlos Alberto Ferreira Almeida, "Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal", *A Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade média: Actas das Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, (Lisboa: FLUL, 1973), 39-57.

Ferreira de Almeida, e para o conjunto do País, pelo mapa publicado, em 1986, por Humberto Baquero Moreno, que reproduzimos, com a devida vénia e alguns retoques.¹⁰

Assim, enquanto Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no seu trabalho *As Vias Medievais I: Entre Douro e Minho*¹¹ estabelece quais as vias medievais existentes, os seus primórdios romanos e ainda a sua utilização, Humberto Baquero Moreno, no seu trabalho *Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*, apenas estabelece as vias que seriam utilizadas pelos peregrinos.

A verdade é que estes trabalhos apresentam claramente alguns dos locais fundamentais por onde estas rotas passariam, e até estabelecem para determinadas regiões percursos que nos chegaram de relatos da época; mas a verdade é que este tema merece muito mais a atenção dos investigadores. Torna-se importante, e se possível, estabelecer um estudo mais aprofundado desta temática, não tanto na componente social, económica e política que estes caminhos detinham, mas na componente geográfica, onde se localizavam e quais os pontos de passagem de rios, questões de matéria muito mais concreta.

Se até este ponto é possível estabelecer quais os contributos bibliográficos fundamentais para a realização deste projeto, torna-se imperativo esclarecer a questão bibliográfica e de fontes sobre as quais me proponho realizar neste trabalho.

São de destacar dois trabalhos que se torna fundamental referenciar e que são os que mais se aproximam ao que aqui se pretende, novamente de Paula Pinto Costa: *The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal*¹²; e ainda o trabalho de Maria José Lagos Trindade, intitulado *A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições de 1220*.¹³

A verdade é que se no primeiro trabalho, de Paula Pinto Costa, a autora estabelece uma ligação das sedes de comenda e os caminhos de peregrinação, Maria José Trindade estabelece um levantamento dos bens de ordens militares, inclusive da Ordem do Hospital, nas inquirições de 1220, sendo que aquilo que aqui se pretende é

¹⁰ Marques, "Os Santos", 243-262.

¹¹ Carlos Alberto F. de Almeida, *Vias Medievais I: Entre o Douro e Minho*, [Dissertação de Licenciatura], Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968.

¹² Paula Pinto Costa, "The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal", Antón M. Pazos (ed.), *Pilgrims and Politics- Rediscovering the power of the pilgrimage* (Londres: Ashgate Publishing Limited, 2012), 69-82.

¹³ Maria José Lagos Trindade, "A propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220". *Las Ordenes Militares Hispânicas durante la Edad Media: Congreso Internacional Hispano-Português* (1971): 125-138. Separata.

uma síntese destes dois trabalhos, não tanto no sentido da utilização dos dados destas autoras mas da junção das duas temáticas.

Serão ainda de destacar as fontes que serão utilizadas, nomeadamente as Chancelaria Régias de D. Afonso III e D. Dinis, e ainda as inquirições mandadas fazer por estes monarcas, sendo que ao longo dos trabalhos lidos apenas Paula Pinto Costa utiliza as mesmas, apenas para levantamentos esporádicos e não tanto no sentido de um levantamento exaustivo de bens para o que neste projeto se pretende.

Em suma, é possível entender que os temas que terão de ser abordados para a realização deste projeto não apresentam o mesmo nível de desenvolvimento, pois se os trabalhos sobre a Ordem do Hospital e Santiago de Compostela são muito mais alvo da atenção de investigadores, a questão das vias medievais parece estar um pouco esquecida. A verdade é que o presente trabalho, nesta perspetiva, parece corresponder não apenas a uma interligação de ideias de outros autores, mas também numa análise de fontes que penso serem trabalhadas numa nova perspetiva, pelo menos no sentido da sua finalidade.

1. A Ordem do Hospital em Portugal

1.1. Raízes e Fixação em Portugal

Com a sua criação na época medieval, a Ordem do Hospital vai adquirir um duplo caráter de apoio ao peregrino e de combate ao infiel, numa fase em que o espírito medieval estava imbuído pela ideia de peregrinação aos lugares sacros e pela invocação da ideia de guerra santa.

Impulsionado pela necessidade de apoio a estes mesmos peregrinos, esta ordem religioso-militar é uma síntese “do espírito monástico e da mística cavaleiresca”,¹⁴ sendo por isso “imperiosa a criação de infraestruturas que apoiassem este tipo de pessoas”;¹⁵ assim, a ordem criada sob o impulso de um grupo de mercadores de Amalfi no século XI, mais propriamente no ano de 1048, como forma de dar resposta à cada vez maior afluência cristã ao Próximo Oriente.

Sob a dependência de Santa Maria Latina, num primeiro momento, e consagrado um Hospital de S. João Batista, depressa a ordem conseguiu adquirir independência, sendo isto justificado por Paula Pinto Costa através do enorme número de doações.

¹⁴ Paula Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*, [Tese de Doutoramento], Universidade do Porto, 1999/2000.

¹⁵ Costa, *A Ordem*.

Independência confirmada pela Bula *Pie Postulation Voluntatis*, passando a estar sobre a direta influência da Santa Sé e podendo escolher os seus mestres e religiosos, tal como, e salientando o que nos diz Inês Versos,¹⁶ Ihe eram confirmadas as possessões no Ocidente e na Ásia bem como os seus rendimentos e privilégios.

Por esta altura, a Ordem do Hospital estabelece ainda o seu cunho militar, questão que segundo Inês Versos não é consensual, referindo que poderá ter sido instituída pelo papa Pascoal III, ou então por Raimundo de Puy, mestre desta ordem, e confirmada por Eugénio III em 1153. Já quanto a Paula Pinto Costa, esta salienta que a mesma terá sido instituída por Raimundo de Puy, mestre da ordem em 1120.

Diretamente sobre a égide da Santa Sé depressa a Ordem do Hospital se difundiu pela Europa, assentando a sua organização nas chamadas *Línguas*, sendo que o Priorado de Portugal estava ligado à de Castela. Detendo já aquele cunho militar, a Península Ibérica era sem dúvida o local mais propício para esta e outras ordens religioso-militares, sendo que na Península poderiam combater o infiel e participar na Guerra Santa.

Mas se as questões da criação da ordem não levantaram grandes discussões historiográficas, já a sua fixação em Portugal suscitou algumas opiniões diversas. Se atentarmos ao que nos diz Paula Pinto Costa, que escreve dois trabalhos sobre o tema, esta questão não está ainda resolvida.

Desde o início do século XIX, que os diversos autores que dedicam trabalhos à Ordem do Hospital contestam a ideia de que a sua presença em Portugal remontaria a 1114. Ideia fundamentada num documento dessa data, que referiria a doação de Idanha-a-Velha feita por D. Teresa a Egas e a Mourão Godesendes, mas que após a sua morte deveria reverter para a mão dos Hospitalários, a quem Afonso VI o havia prometido. A verdade, é que Ruy de Azevedo,¹⁷ e salientadas as conclusões de um outro autor, Carl Erdmann, explícita que este documento será uma falsificação. Alegando que a sua data é incompatível com os outorgantes a mesma não faria sentido, pois se a linha de reconquista não ultrapassava os limites da Serra da Estrela porquê doar uma zona tão abaixo da linha de fronteira até porque, salienta este autor, a ordem

¹⁶ Inês Versos, “Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém”, José Eduardo Franco *et al* (dirs.), *Dicionário Histórico das Ordens e instituições afins em Portugal* (Lisboa, Gradiva, 2010), 577-592.

¹⁷ Ruy Azevedo, “Algumas achegas para o Estudo das Origens da Ordem de S João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal”. *Revista Portuguesa de História*, IV (1949).

só iria estar realmente preparada militarmente no último quartel do século XII, aquando da doação de Guindintesta em 1194.¹⁸

Mas, por outro lado, poderá isto dizer-nos que os Hospitalários estariam já fixados na Península no período de Afonso VI, e antes da sua morte, ocorrida em 1109? A verdade é que apesar de as datas apontadas pelos diferentes autores serem posteriores, isto poderá ser possível, pois já na bula *Pie Postulation Voluntatis* de 1113 são confirmadas as possessões da Ordem no Ocidente e na Ásia, o que nos revela que já se teria difundido à data e fixado em outros pontos, entre eles na Península Ibérica.

Voltando ao que nos diz Ruy de Azevedo, este acha ainda improvável que Afonso VI quisesse fazer esta doação de Idanha-a-Velha, acreditando antes que se trata de uma falsificação do século XIII criada para resolver litígios com a Ordem do Templo na região da Beira Baixa, opinião partilhada por Paula Pinto Costa na sua tese de mestrado.¹⁹

Esta autora chama ainda a atenção para outro documento que foi também indevidamente atribuído à ordem. No seu artigo *A Ordem do Hospital em Portugal no Primeiro Século da Nacionalidade*,²⁰ salienta um diploma de junho de 1122, onde supostamente Afonso Henriques doaria aos hospitalários de Barosa casais de Reguenga perto de Trancoso, mas que esta autora nos diz referir-se ao “Mosteiro de S. João de Barosa e não a S. João de Jerusalém”.²¹

Apesar de não ser possível estabelecer as raízes precisas desta ordem em Portugal, em parte pela destruição de documentos em 1662 no Convento da Flor da Rosa junto ao Crato num ataque espanhol, é possível atestar que a casa capitular de Leça do Balio foi doada à Ordem do Hospital no período final do governo de D. Teresa ou no início do de D. Afonso I, provavelmente entre as décadas de 1120/30. Ruy de Azevedo salienta que em 1132 os Hospitalários já aqui teriam bens, e chama a atenção para o testamento de Zalama Godins, onde este faz doação aos cruzados de Coimbra, mas onde se referencia ainda os bens que doa aos Hospitalários pela sua alma.

Paula Pinto Costa, ainda sobre esta questão, no artigo anteriormente referido, salienta outras opiniões de autores como Laurent Dailliez, que aponta a data de fixação

¹⁸ Para uma leitura integral da opinião deste autor leia-se o seu trabalho *Algumas Achegas para o Estudo das Origens da Ordem de S João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal*.

¹⁹ Costa, *A Ordem*.

²⁰ Paula Pinto Costa, “A Ordem do Hospital em Portugal no primeiro século da nacionalidade”, *Congresso Histórico de Guimarães, Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, V (1996): 99-107.

²¹ Costa, *A Ordem*, 4.

da ordem em Portugal entre 1126-28, justificando que se a mesma se fixa em Aragão em 1125 e recebe a primeira doação em Castela em 1126, a data de fixação no reino Português terá sido posterior, apontando ainda um diploma de proteção de Afonso I à ordem e que a autora diz não ser do conhecimento da historiografia portuguesa. Outro autor que referencia é Fr. Lucas de Santa Catarina, cronista da Ordem de Malta, que aponta a chegada da ordem no período de Afonso Henriques.

Quanto a Ruy de Azevedo, salienta a opinião de Anastácio de Figueiredo,²² baseado num documento datado de 1122, onde o bispo D. Hugo e o prior do mosteiro de Leça, Martinho, estabelecem um acordo pelo qual o primeiro renuncia ao direito de *jantar* em troca de algumas herdades. Ruy de Azevedo defende que apesar da veracidade do documento este não parece referir a Ordem do Hospital, pois em nenhuma das partes se faz referência à mesma, defendendo o autor que “as partes contratantes são a Sé do Porto, na pessoa do Bispo D. Hugo, e o most. de Leça, representado por Martinho, seu prior ou abade”.²³ Mas, se em 1993, Paula Pinto Costa na sua tese de Mestrado é da mesma opinião, aquando do artigo *A Ordem do Hospital no primeiro século de nacionalidade*,²⁴ de 1996, e com o conhecimento de um novo documento, dá um novo contributo sobre esta questão.

Referindo uma *pública forma* datada de 1340, onde é possível ter conhecimento de que em 1130 Martinho doava à igreja do Porto, representada pelo bispo D. Hugo, a quintã do Regado em Paranhos como compensação do *jantar* que a este devia, a autora chama a atenção para este diploma, pois os seus intervenientes são exatamente os mesmos que prefiguram o documento de 1122, salientando ainda a mesma contribuição de *jantar*, e, por fim, refere que em 1130 esta era devida há 18 anos o que nos leva a uma coincidência de datas, acrescentando ainda que o documento apresenta o sinal de tabelião de Afonso Eanes, o que indica a veracidade do mesmo.

Detendo já os Hospitalários o Mosteiro de Leça em 1140 parece o mais provável para Ruy de Azevedo que o mesmo deve ter sido uma doação de D. Teresa, entre 1122 e 1128. Salienta que não subsistiu nenhum documento no cartulário da ordem que demonstrasse que foi D. Afonso Henriques que outorgou a doação, e atestando este autor que diversos documentos de Santa Cruz provam que a presença desta ordem em Portugal é anterior a 1132, onde eram chefiados por Paio Galindes, vigário da ordem.

²² José Anastácio Figueiredo, *Nova Historia Da Militar Ordem De Malta, E Dos Senhores Grão-Priores Della, em Portugal* (Lisboa, 1800).

²³ Azevedo, *Algumas*, 323-324.

²⁴ Costa, “A Ordem”, 99-107.

1.2. Organização/Estrutura

Mas mais do que as questões da sua origem e fixação da Ordem do Hospital em território português, torna-se imperativo perceber como esta se organizava. Aquando da difusão da ordem pelo resto da Europa a mesma foi dividida organicamente em Línguas, sendo que o priorado de Portugal ficaria associado à língua de Castela.²⁵

Sob a direção do Grã-Prior da Ordem, o Priorado de Portugal tinha à sua frente um prior a quem sucedida hierarquicamente o comendador no controlo patrimonial. A comenda, “unidade base de implementação territorial, era o quadro integrador da exploração do amplo património dos hospitalários”,²⁶ sendo esta a unidade que mais nos interessa para este trabalho. Assim, e para a região a Norte do Rio Douro, e onde se pretende estabelecer o levantamento de bens, encontramos a seguintes comendas: Abreiro, Aboim, Águas Santas, Algosó, Alijó, Chavão, Ervões, Faia, Freixiel, Leça do Balio, Poiares, Portela, Rio Frio, Santar, S. João da Corveira, Santa Eulália, Santa Marta, Távora, Veade.

Aos comendadores que as detinham, que poderiam acumular “faculdades legislativas, jurisdicionais, governativas, executivas, administrativas e fiscais”,²⁷ caberia ainda o provimento de presbíteros para as igrejas da ordem, mas são as questões administrativas e de gestão de bens que serão mais fundamentais para este trabalho. A comenda é assim, como refere Paula Pinto Costa, um:

determinado conjunto de bens, gerido por um freire professo que exerce o cargo de comendador, e cujo funcionamento conta com muitas outras pessoas, tanto pertencentes à hierarquia da instituição, como uma numerosa massa de indivíduos, relacionados com a exploração indirecta da terra, de cuja administração resulta um rendimento,²⁸

ou seja, a forma encontrada para que os proventos obtidos pela ordem pudessem ser canalizados para a sua subsistência e para o seu propósito assistencial aos pobres e peregrinos.

A origem destes rendimentos tem proveniências diversas, desde doações feitas por pagamentos de préstamos à ordem, mas também através de outros donativos, neste

²⁵ Sobre a organização completa da Ordem do Hospital, os seus membros e funções, poderão ser lidos os dois trabalhos da autora Paula Pinto Costa, *A Ordem do Hospital em Portugal* e *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*. A autora, detalhadamente estabelece não só a organização e funções, tal como apresenta os nomes daqueles que ocuparam alguns destes cargos.

²⁶ Costa, *A Ordem*, 66.

²⁷ Costa, *A Ordem*, 58.

²⁸ Costa, *A Ordem*, 103.

caso não apenas régios como de particulares, que pelo sufrágio da sua alma, àquela concedem em testamento propriedades e dinheiro; mas não esqueçamos ainda as compras e permutas. Não se poderá também esquecer aqueles que faziam parte desta ordem ou que nela ingressavam como professos, o que levava a que muitas vezes fossem feitas concessões à ordem.

Através desta rede de controlo patrimonial e da sua respetiva gestão, a Ordem do Hospital pôde ao longo da Idade Média estabelecer também em território português o seu caráter assistencial, algo previsto na sua criação e nas regras que esta seguiu. Ao longo da leitura estabelecida foi possível perceber que esta ordem seguiu primariamente a regra de S. Bento, passando à regra de S. Agostinho até ser estabelecida regra própria em 1113, segundo Paula P. Costa,²⁹ sendo que esta seria uma adaptação da ordem de S. Agostinho segundo Inês Versos.³⁰

Não podemos esquecer que toda esta rede de rendimentos estava no caso português amplamente protegida, pois desde 1140 D. Afonso Henriques dá a D. Raimundo, Procurador dos Pobres de Jerusalém, e a D. Aires, Prior de Portugal e da Galiza, carta de couto e privilégios sobre os bens que detinha e que viria a deter, privilégios estes que Paula Pinto Costa nos diz serem concedidos desde:

a defesa da integridade física e moral dos freires, assim como dos seus dependentes, até à protecção dos seus bens. Em termos económicos ficam isentos de pagamento de coima, tributo, portagem e penhora.³¹

A Ordem desempenhou assim de forma exímia no reino de Portugal os seus pressupostos fundacionais, quer como força militar e de repovoamento para sul, que é possível de ser provado pela doação de D. Sancho I da terra de Guindintesta em 1194, local onde construiriam o castelo de Belver e onde funcionariam como ponto de defesa, mas também, e à medida que a fronteira ia descendo para sul, conseguiram criar um sistema assistencial. Será também importante referenciar que estes deverão ter tido um papel relevante na defesa da fronteira com o reino vizinho de Leão.

²⁹ Costa, *A Ordem*, 49-52.

³⁰ Versos, "Ordem", 577-592.

³¹ Costa, *A Ordem*, 102.

2. O Culto de Santiago no Portugal Medieval

2.1. O Culto de Santiago em Portugal: Os Reflexos do Culto em Portugal e as Suas Manifestações

“As peregrinações a Compostela iam encher um dos mais belos capítulos da Idade Média religiosa”.³²

O culto de Santiago de Compostela tem sido ao longo do tempo tema de diversos estudos, com números que se multiplicam e que abordam vertentes diversas sobre as manifestações do culto, o papel de personalidades relevantes para o crescimento do mesmo durante a Idade Média e as manifestações que esta originou. Este trabalho insere-se exatamente no crescente destaque que Santiago de Compostela ganha no período medieval, e que também entre os portugueses se manifestou de diversas formas.

O culto ao apóstolo detém raízes bem mais antigas do que o período aqui em estudo, e se atentarmos ao que nos diz Mário Martins, os títulos multiplicam-se sobre esta questão. Salientando o *Liber Sancti Jacobi* ou *Codex Calixtinus*, o autor refere que ali o apóstolo Santiago é apresentado como o padroeiro, guia e pastor da Península Ibérica, tornando-se Santiago de Compostela “o *entroncamento de todas as nações e de todos os idiomas*”,³³ pelo número e diversidade de peregrinos que a esta cidade afluíam em peregrinação. O autor chama a nossa atenção para o conteúdo desta obra e o seu claro caráter de propaganda de Compostela, mas por outro lado salienta que a mesma pôde fornecer informações úteis, como por exemplo sobre os caminhos de peregrinação, pois “os seus autores conheceriam bem os itinerários de França para Compostela, com todos os santuários que ladeavam estes longos devotos caminhos!”.³⁴

Será ainda de destacar a *Historia Compostellana*, onde encontramos compilada um pouco da história de Santiago de Compostela, mas onde é dado claro ênfase ao papel do arcebispo Diego Gelmírez. Desta história, Mário Martins salienta uma citação em que a afluência de peregrinos e a difusão das histórias sobre os milagres do apóstolo seriam tão grandes e difundidas, que até os próprios embaixadores muçulmanos se admiram com a enorme afluência de peregrinos nas vias.

³² Martins, “Peregrinações”, 105.

³³ Martins, “Peregrinações”, 107.

³⁴ Martins, “Peregrinações”, 108.

É ainda relevante salientar entre os títulos dedicados a esta temática, e ainda sobre a *Historia Compostellana*, a obra *La Compostelana, o sea hechos de D. Diego Gelmírez* onde é compilada esta mesma História e onde o autor Fr. Manuel Suarez acrescenta algumas notas. Na mesma é destacado o papel de D. Diego Gelmírez estando estritamente ligada à sua ação com o crescimento de Santiago de Compostela ao longo do século XII. Apresentado como:

joven instruído en letras en la iglesia de Santiago, educábase en la curia de aquel obispo, y se hizo clérigo y canónigo de la misma iglesia³⁵, onde acabaria por ascender a arcebispo. Fr. Manuel Suarez salienta ainda que “en la posesión de su cargo D. Diego Gemírez, deplegó extraordinaria actividad en promover la exaltación y prosperidad espiritual y un temporal de su iglesia,³⁶

o que indica que ao longo do desempenho das suas funções terá levado a cabo estratégias de promoção da mitra compostelana, cuja ação contribuiu para o papel que a mesma desempenhou como ponto de rotagem.

Também sobre o crescimento de Santiago de Compostela e as relações com a monarquia e o papado, será de destacar um artigo de Klaus Herbers, onde este apresenta uma evolução das relações de Santiago de Compostela com o poder real e papal, e as conjunturas que permitiram avanços e recuos do poder de Santiago.

Este autor, entre outras questões, refere o papel de destaque de Santiago durante grande parte do reinado de Afonso VI, a tentativa de Diego Gelmirez de transformar Santiago de Compostela em panteão dos reis - algo que viria acontecer com Fernando II -, destaca os conflitos entre esta diocese e Toledo pela primazia religiosa na Península, e ainda os benefícios da divisão dos reinos de Leão e Castela, fase em que Santiago de Compostela vai deter papel de relevo com grande centro no reino de Leão. Acrescenta ainda que:

el desarrollo de Compostela hasta convertirse en un gran centro de peregrinación llévô también a un fuerte intercambio cultural com Europa, a una recepcion de corrientes de pensamiento extranjeras y al auge económico de la ciudad.³⁷

Assim, de um ponto de vista geral, podemos concluir que “Las actividades de finales del siglo XI e inicios del XII fueron decisivos para la evolución de Compostela”,³⁸

³⁵ Suárez, *La Compostelana*, XXVII.

³⁶ Suárez, *La Compostelana*, XXVIII.

³⁷ Herbers, “La Monarquía”, 111.

³⁸ Herbers, “La Monarquía”, 118.

e que será neste período que a importância de Santiago de Compostela se irá evidenciar apoiada no poder político e no poder papal, e que permitiu a Santiago deter não só grande poder como centro religioso, mas como grande centro económico, e dinamizador do urbanismo e do comércio que com este se gerava.

No caso português este culto vai assumir diversas vertentes, manifestando-se através de doações de monarcas e senhores e das suas romagens ao local do apóstolo, mas também da dedicação de igrejas que têm como padroeiro S. Tiago. Foram diversos os monarcas e personalidades importantes que vão em romagem a Santiago de Compostela, tais como os condes D. Henrique e D. Teresa, D. Sancho II, D. Dinis, a rainha Santa Isabel, e mais tarde D. Manuel I, mas a dimensão deste culto terá levado à peregrinação de muitos outros de variados estratos sociais.

José Marques dedicou alguns dos seus trabalhos às manifestações religiosas, entre eles a manifestação que o culto ao apóstolo Tiago teve em Portugal. No seu trabalho *O Culto de S. Tiago no Norte de Portugal*,³⁹ o autor chama a nossa atenção para o número de capelas, oragos e freguesias dedicados ao apóstolo em território português demonstrando como estas se multiplicam.

Ao longo do seu artigo apresenta uma lista da totalidade de freguesias e capelas que são dedicadas a S. Tiago. Tendo em vista as dioceses nortenhas de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, estabelece um total de 125 freguesias e 32 capelas, o que nos revela um número considerável e que demonstra que o culto estaria já muito difundido em Portugal. José Marques dedicou ainda um outro trabalho de âmbito mais alargado, intitulado *Os Santos dos Caminhos Portugueses*,⁴⁰ sendo importante salientar a ideia que este autor nos deixa de que ao longo dos caminhos de peregrinação, nomeadamente a Santiago de Compostela, os santos que se encontravam pelos locais de passagem

ainda longe do ansiado túmulo do Apóstolo, lhes proporcionava novo alento para a caminhada e os levava a pedirem a intervenção do sobrenatural para problemas e situações individuais, procedimento que bem se harmonizava com as motivações profundas da sua peregrinação.⁴¹

Salientando ainda o que diz este autor, “pelo menos, desde o terceiro quartel do século IX, o culto de S. Tiago está solidamente implantado, nas terras de entre Douro e

³⁹ Marques, “O Culto”, 59-85.

⁴⁰ Marques, “Os Santos”, 243-262.

⁴¹ Marques, “Os Santos”, 244.

Minho”,⁴² daí pode concluir-se que a romagem a Santiago de Compostela vai assumir cada vez mais um papel de destaque no seio da religiosidade cristã medieval portuguesa.

Denota-se então que Santiago de Compostela cresceu ao longo da Idade Média alicerçada pelo poder real e papal, destacada por deter as relíquias do apóstolo, mas também pela difusão do culto e das peregrinações. Peregrinações que funcionaram com um duplo sentido, como dinamizador deste centro, e como resultado da importância dada ao mesmo.

Quanto às suas manifestações em Portugal elas são claramente relevantes, denotadas nas referidas doações, e ainda tomando como exemplo as peregrinações mais célebres que lhe servem de amostra. O culto de Santiago influenciou a religiosidade portuguesa, podendo-se dizer mesmo a europeia, bastando-nos olhar as redes de caminhos que a este centro religioso estavam ligadas e que permitiam a afluência de peregrinos das mais diversas proveniências, não podendo esquecer-se também os caminhos marítimos que conduziam até esta cidade, e que permitiam também uma afluência diversa de culturas.

2.2. Os Caminhos de Peregrinação Medieval: Os Caminhos e a Assistência ao Peregrino e ao Pobre

Uma das vertentes fundamentais para este projeto prende-se claramente com a questão da assistência e das suas manifestações na Idade Média, mas também da estreita relação que esta assume com os caminhos medievais.

Diversos autores como Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Maria Helena da Cruz Coelho dedicaram alguns trabalhos sobre a questão da assistência medieval, não apenas ao peregrino, mas também relacionada com a mendicidade, que durante todo o período medieval era praticada pelas instituições religiosas. A estes seriam assim oferecidos alojamento, refeição e ainda apoio em caso de doença.

Este papel assumido pelas instituições religiosas é fácil de ser percebido através de referências em doações, onde em testamento tantas vezes se referia que as mesmas eram feitas em virtude das práticas assistenciais, não se podendo esquecer que estas mesmas práticas se prendessem com a vontade de se aproximarem de Deus, estando na sua essência. Tal como nos diz Maria Helena da Cruz Coelho, “dar aos pobres e acolher os peregrinos, como imagem do próprio Cristo, era missão religiosa caritativa

⁴² Marques, “O Culto”, 139.

que aos homens de religião incumbia, como mandatários perpétuos da sociedade cristã”.⁴³

Trata-se não apenas de uma assistência ao peregrino, mas também ao pobre, um pobre que nos é apresentado itinerante por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, sendo que para além dos principais centros onde poderia obter caridade, era nos mosteiros junto às vias que encontrava apoio. A verdade é que este autor nos diz que toda a itinerância marcava a idade média.

Mas estes peregrinos não encontravam apenas apoio e assistência; com efeito, no Liber Sancti Jacobi afirma-se que “os peregrinos punham-se em marcha, apesar do medo dos ladrões, das dificuldades das jornadas e, até, da exploração e insídias das pequenas hospedarias espalhadas ao longo dos caminhos”.⁴⁴

A questão da assistência e apoio ao que necessitavam é uma ideia que está intrinsicamente ligada com as vias, e a provar isso são as diversas doações que eram feitas para o melhoramento de estrada e pontes, tal como a criação de barcas de passagem gratuitas. Carlos A. F. de Almeida diz-nos mesmo que “mais do que a fundação de uma albergaria ou hospital foi então considerada obra de caridade e santa a construção de uma ponte em lugar de passagem”.⁴⁵

3. Os Bens e o seu Papel no Sistema Assistencial dos Hospitalários

3.1. Levantamento de Dados

Estabelecidos os temas base que pautam este trabalho, torna-se fundamental estabelecer nesta fase a ligação entre os mesmos.

Para este trabalho, e como foi referido no início do mesmo, as fontes utilizadas foram as Inquirições de 1258 e de 1288⁴⁶ e também as Chancelarias dos monarcas D. Afonso III e D. Dinis, exatamente por estas se inserirem numa fase em que quer a Ordem de S. João do Hospital quer o culto de Santiago estavam já consolidados na Península.

Como citado anteriormente, os bens da ordem eram fundamentais para que se pudesse estabelecer o seu cunho assistencial, e as comendas permitiam exatamente o controlo destes bens. Assim, e para o período dos monarcas D. Afonso III e D. Dinis foi

⁴³ Maria Helena da Cruz Coelho, “Mosteiros Medievais num tempo de Hospedar e Caridade”. *Codex Aquilarensis, Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real*, Palencia, (1992): 14.

⁴⁴ Martins, “Livro”, 109-110.

⁴⁵ Almeida, “Os caminhos”, 41.

⁴⁶ Parte das inquirições de 1288, não estando ainda na sua totalidade publicadas, foram consultadas com a cortesia de José Augusto de Sottomayor-Pizarro do seu livro em preparação e prestes a ser publicado.

feito um levantamento dos bens da ordem tal como o fez Maria José Lagos Trindade, no seu trabalho *A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220*, mas num sentido mais restrito, pois neste trabalho só será abordada a Ordem do Hospital, ao contrário do que fez esta autora, que procedeu ao levantamento de bens de todas às ordens referidas à data.

Através destas fontes, manuscritas e impressas, foi possível chegar a algumas conclusões, mesmo antes de cruzar as suas informações com as relativas aos caminhos de peregrinação medievais. Ao longo da análise dos dados recolhidos nas fontes, principalmente nas inquirições que dão uma visão bem mais vasta e rica pela sua finalidade, foi possível perceber que a Ordem do Hospital detinha no fim do século XIII um substancial conjunto de bens.

Estes bens, que iam desde casais, herdades, quintãs e outras propriedades, de onde obtinham rendimentos em dinheiro e produtos agrícolas e animais, até a direitos de padroado sobre igrejas e até mesmo a detenção de vilas, aldeias e lugares, permitiam não só o sustento dos freires mas também garantir a assistência aos pobres e peregrinos.

Ainda foi possível perceber que para a região aqui em análise, o Norte de Portugal até à linha do Douro, para além de se verificar um grande número de bens, estes encontram-se dispersos por todo o território. Será relevante salientar que a localização geográfica teve de ser restrita ao Norte de Portugal, pois as fontes apresentam-se tão ricas em informação que essa abundancia de resultados não poderia ser apresentada globalmente num projeto de seminário.

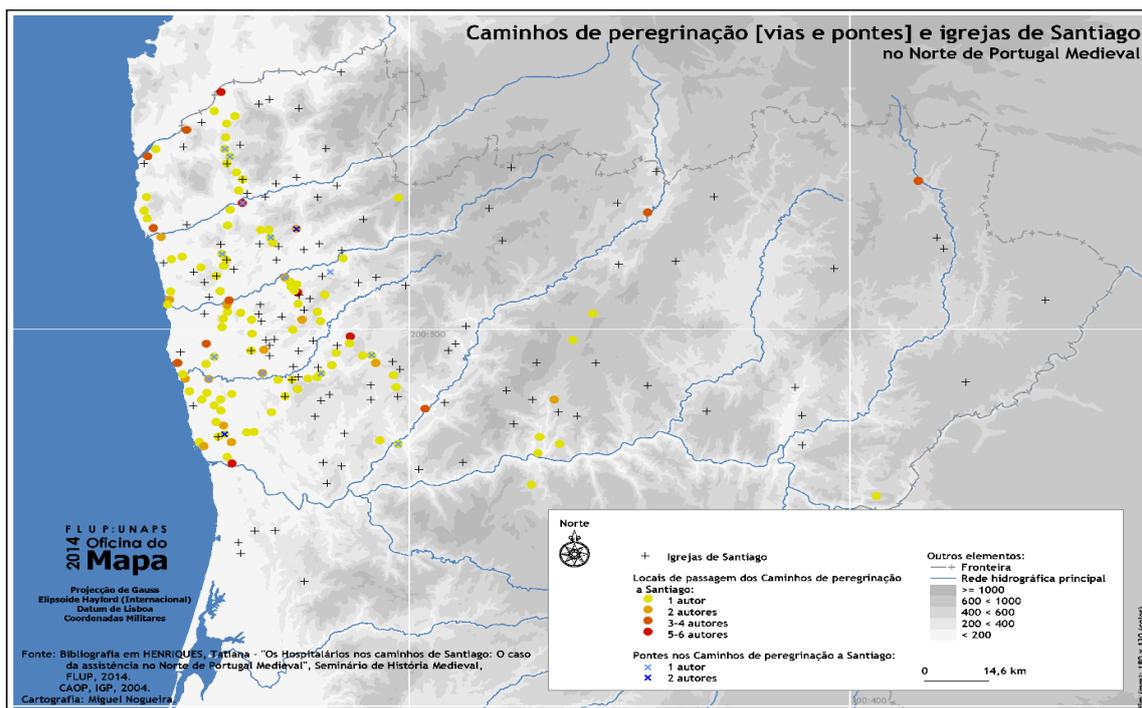
3.1.1. Reconstrução dos Caminhos

Numa primeira fase, e tendo em vista os caminhos de peregrinação, tornou-se necessário, através do contributo de diversos autores, perceber quais os caminhos de peregrinação utilizados. Esta questão suscitou algumas questões, pois os títulos não se multiplicam e na sua maioria são trabalhos pontuais dedicados a uma determinada região.

Utilizando os trabalhos de autores como António Cruz, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Humberto Baquero Moreno, Manuel Cadafaz de Matos e Paula Pinto Costa, foi possível estabelecer os pontos de passagem destes caminhos que poderão ser analisados na Figura 1, e onde pelo nível de referencias foi possível assegurar que pontos muito provavelmente seriam os de passagem de vias de peregrinação. A esta

questão foi ainda acrescentada a das igrejas dedicadas ao apóstolo, pois apesar de não acontecer como regra, muitas vezes diversas dessas igrejas estavam próximas destes caminhos como nos refere José Marques, algo que é possível de vislumbrar no mapa nº 1, que se encontra em seguida, e que nos deixa ainda uma visão da difusão deste culto na idade média.

Figura 1. Caminhos de Peregrinação e Igrejas de Santiago no Norte de Portugal



Para além do tema central que este trabalho tem, ou seja, enquadrar a assistência dos Hospitalários aos peregrinos e ligar os seus bens aos caminhos de peregrinação, tornou-se fundamental uma tentativa de melhorar a cartografia feita sobre estes caminhos.

Ao aglomerar os trabalhos dos diversos autores, foi possível perceber que a maioria das vias que levavam a Santiago de Compostela estava no Noroeste português, sendo isto justificado muito provavelmente por uma geografia muito menos acidentada. É necessário ter em conta que muitas das vezes estes peregrinos procuravam os caminhos seguidos em torno do culto de outros santos - não esqueçamos Braga com as relíquias de S. Martinho, o culto de S. Gonçalo em Amarante, ou até mesmo Santa Senhorinha, visitada pelo monarca Sancho I⁴⁷ em terras de Basto.

⁴⁷ Sobre este tema poderá se ler o trabalho de José Marques, *Os Santos dos Caminhos Portugueses*, onde este autor fala dos cultos mais difundidos no Portugal medieval e de que forma estes se revelavam ou ainda

Analisando as vias, e do meu ponto de vista, há duas que seriam um pouco menos utilizadas, dependendo também do local de origem dos peregrinos. Encontramos assim uma via que ligava a região do Douro até Chaves e ainda a via referenciada unicamente por Humberto Baquero Moreno, que refere que os peregrinos entrariam por Freixo de Espada à Cinta e que seguiriam até Bragança. O autor salienta ainda que a mesma deveria acompanhar muito provavelmente a região fronteira, mas não tendo sido encontrada qualquer tipo de referência a pontos intermédios, a ligação foi salvaguardada e representada em mapa, apesar de que representaria, com toda a certeza, um caminho muito mais irregular.

Ao analisar os trajetos que estes autores referem, encontramos pontos de passagem que são indiscutíveis, tais como o Porto, Braga, Guimarães, Ponte de Lima, Valença, Chaves, Bragança, Viana do Castelo e Póvoa de Varzim. Mas, estudos mais específicos de determinadas regiões, permitem perceber quais os pontos intermédios que ligavam esses pontos-chave da rede viária; será o caso, por exemplo, de Manuel Cadafaz de Matos,⁴⁸ que dedica um trabalho para a região do Porto, Braga e Esposende, e onde o autor consegue demonstrar por onde as redes viárias passariam nesta região.

Sobre esta questão muitos outros estudos poderiam ser feitos, tomando não apenas como base as questões religiosas, como o culto de santos, mas também questões de interesse económico como as feiras, cujas vias ajudavam a dinamizar e a ser dinamizadas pelas mesmas. Não se poderão esquecer ainda os caminhos marítimos, sendo que à costa da Galiza afluiriam muitos outros peregrinos vindos de regiões portuguesas ou de outras proveniências.

3.1.2. Os Bens da Ordem

Outro dos pontos deste trabalho foi o levantamento de bens da Ordem do Hospital nas fontes anteriormente referidas, sendo que os mesmos serão analisados de forma geral ao longo deste capítulo,⁴⁹ tal como será ainda relevante salientar ao longo

o trabalho de Geraldo José Coelho Dias intitulado *D. Sancho I, Peregrino Devoto de Santa Senhorinha de Basto*.

⁴⁸ Manuel Cadafaz de Matos, "O Culto Português a Sant'Iago de Compostela ao Longo da Idade Média: Peregrinações de Homenagem e Louvor ao Túmulo a à Cidade do Apóstolo Entre o Séc. XI e XV". *Bibliotecas Arquivos e Museus*, I, Tomo 2, (1985): 521-557.

⁴⁹ Do trabalho original faz parte em anexo uma tabela onde foram aglomeradas todas referências a bens da ordem. Na mesma constavam a fonte, localização e tipologia de bens, mas devido à sua extensão e às regras editoriais a mesma não consta deste artigo.

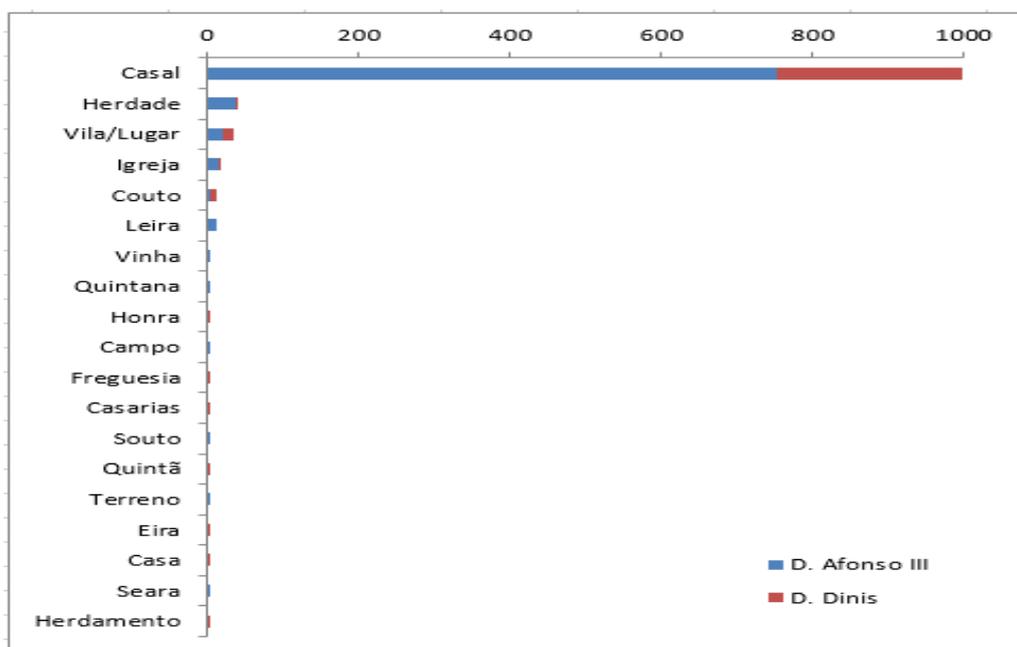
deste de que forma estes bens foram organizados e as soluções escolhidas para apresentar os resultados.

Tomando como base os dois reinados já mencionados, as informações acabaram por ser aglomeradas exatamente pelos mesmos, dado ao facto de as referências a bens da Ordem do Hospital serem tão escassas nas chancelarias. Substancialmente mais presentes as informações nas inquirições, *grosso modo* foram estas que permitiram chegar aos resultados obtidos e, tendo em vista os bens encontrados, tornou-se mais fácil para explicar os resultados dividindo os mesmos em duas tipologias: propriedades, onde se inseriram todas as referências ligadas à terra; e outros rendimentos, onde se inseriram os rendimentos auferidos em dinheiro e bens agrícolas e deles provenientes.

Quanto ao primeiro tipo de rendimentos, as propriedades, foram integrados nesta categoria todos os bens imóveis que a ordem detinha, contando-se entre eles não apenas as tipologias medievais de propriedades, mas também as referências à detenção de vilas e lugares, freguesias e igrejas.

Mas para uma melhor perceção destas tipologias analise-se o gráfico que se segue, onde as mesmas estão devidamente referenciadas, tal como a sua relevância numérica e por reinado.

Gráfico 1. Propriedades da Ordem do Hospital no Final do Século XIII



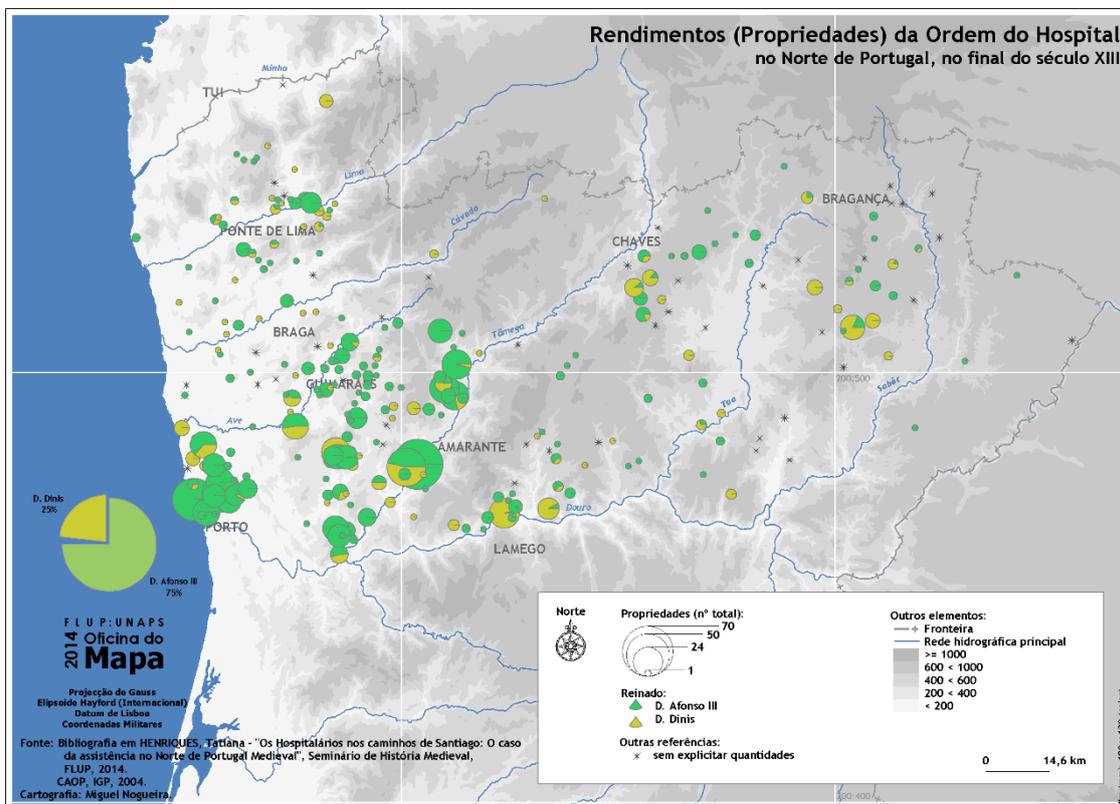
Se atentarmos no quadro anterior, onde todas as referências de tipologia foram mantidas, é possível perceber que o maior número de propriedades em ambos os reinados foi o dos casais, que representam no total cerca de 996 propriedades num universo de perto de 1146 propriedades.

Como é fácil de perceber, encontram-se ainda com relevo, apesar de muito menores em número, as herdades, as vilas e lugares, igrejas, coutos e leiras, até que se encontrarem tipologias como eiras, casas, herdamentos e searas com menor incidência. É extremamente importante referir que a estas propriedades, que foi possível quantificar, acrescentam-se muitas outras cuja quantificação não foi possível de apurar, salientando-se as referências a casais e outras sem especificação de quantidades, ou a referência à propriedade por parte da ordem de partes de vila e lugares.

Quando analisamos os números obtidos pelos dois reinados encontramos muito mais propriedade para o reinado de D. Afonso III, mas não podemos esquecer que as inquirições deste monarca inseridas nos *Portugaliae Monumenta Historica* estão muito mais completas do que as de D. Dinis, onde muitas vezes só subsistiram até nós parte das Inquirições de 1288 e das Sentenças de 1290, recentemente editadas por José Augusto de Sottomayor- Pizarro.

Mas, para além de compreendermos as tipologias destes bens, será relevante percebermos como é a sua divisão no espaço.

Figura 2. Propriedades da Ordem do Hospital



Ao analisarmos a figura anterior é claramente possível perceber que a maior concentração de bens da Ordem do Hospital se encontra na região do Noroeste português, com uma grande incidência junto da comenda de Leça do Balio e de Águas Santas. Encontramos ainda uma grande concentração de propriedades entre o rio Ave e Tâmega, e ainda na região do Douro. Junto ao rio Lima e onde se encontram comendas como a de Távora, Portela, Santar e Rio Frio, encontramos ainda algumas propriedades, mas, se aqui ainda encontramos uma ligeira concentração das mesmas, quando olhamos para a região transmontana encontramos bens muito mais dispersos e em menores quantidades.

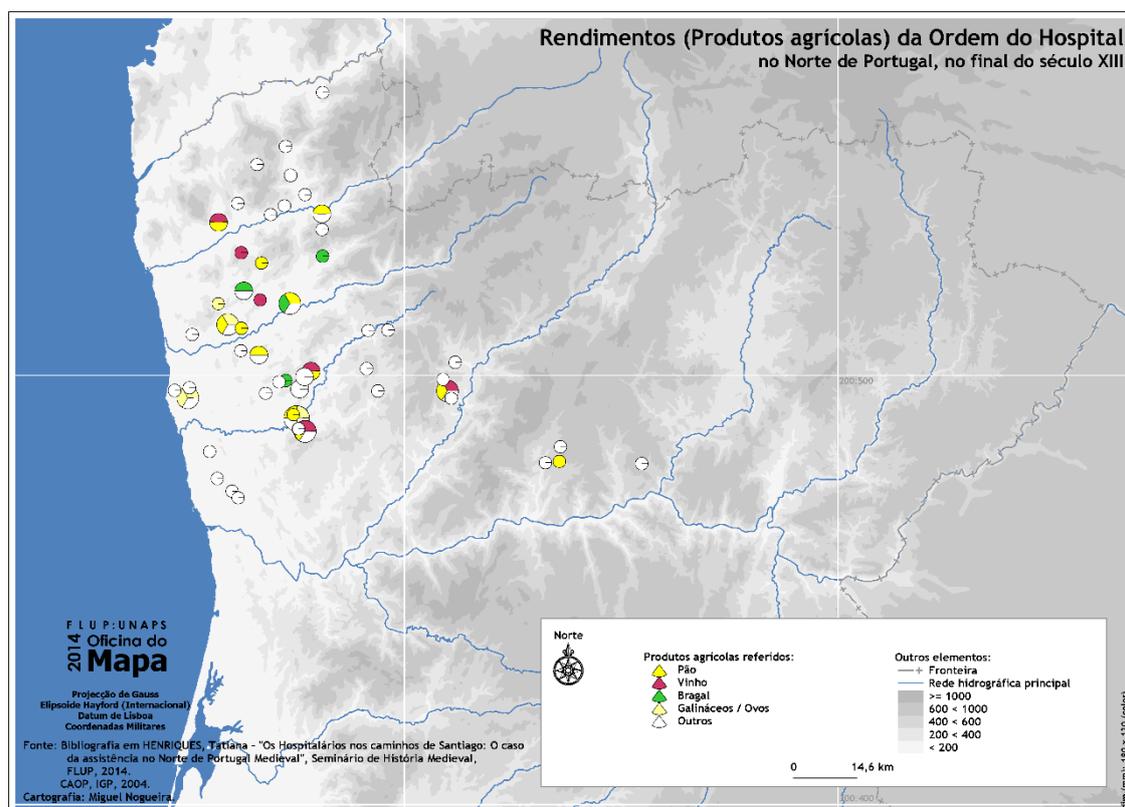
Como referido anteriormente, os bens diminuem do reinado de D. Afonso III para o de D. Dinis, mas apesar de em regra as propriedades desaparecerem ou diminuírem de um reinado para o outro, através do mapa é possível perceber que determinadas regiões aumentaram os seus bens apesar que, muitas das vezes ao longo das inquirições de 1288, os bens que esta ordem e outros senhores detinham eram usurpadas à coroa e foram consideradas devassas. Será de salvaguardar que apesar de isto acontecer a verdade é que até aí a ordem e os senhores que destes rendimentos

da coroa se apropriavam acabavam por deter o usufruto dos mesmos, daí terem sido na mesma consideradas essas propriedades neste trabalho.

Deste mapa será ainda importante salientar que algumas freguesias ficaram de fora pela impossibilidade de as cartografar, sendo que as mesmas foram incorporadas na tabela anexa ao trabalho original, estando sublinhadas e a negrito como forma de serem distinguidas. Mas outros tipos de bens foram encontrados, nomeadamente os bens agrícolas, os quais deveriam apresentar uma escala muito maior do que aquela que foi possível apurar, pois das propriedades que a ordem detinha deveriam receber muitos outros pagamentos em géneros.

Para um melhor entendimento da relevância dos bens que a ordem detinha e a sua distribuição territorial foram concebidos dois mapas: um que nos demonstra os rendimentos em bens agrícolas por tipologia e relevância; e um outro para os rendimentos que a ordem recebia em dinheiro.

Figura 3. Rendimentos (Produtos Agrícolas) da Ordem do Hospital

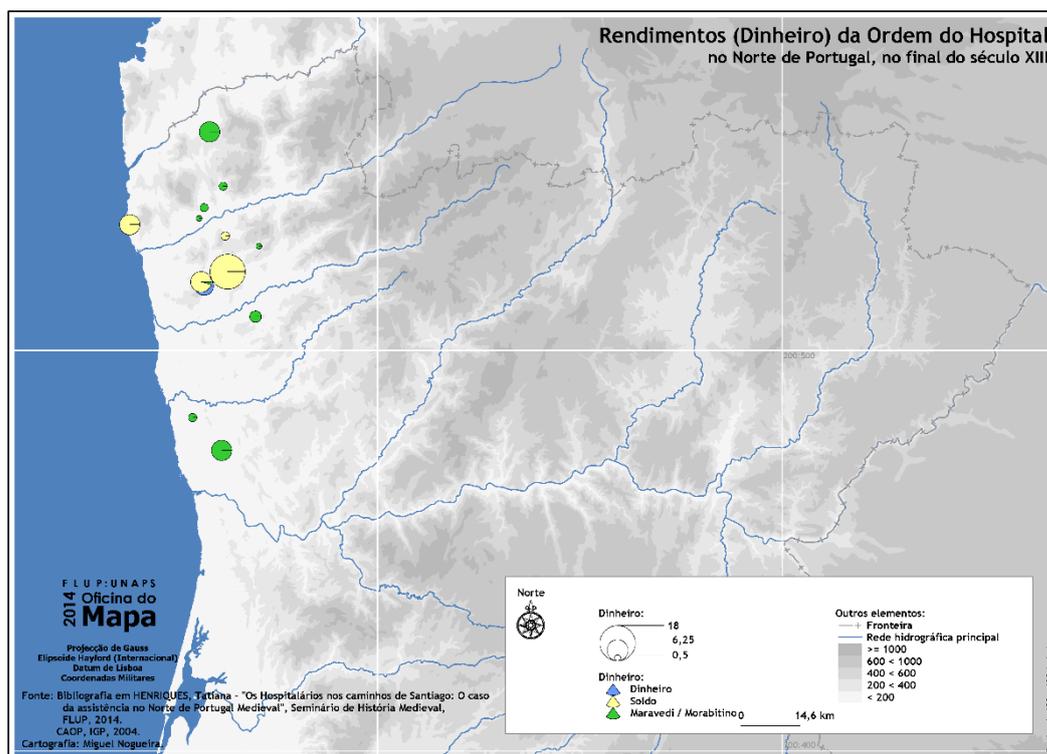


Mais uma vez é possível atestar uma maior incidência na região noroeste, sendo que para a região de Bragança e Chaves não foi encontrada nenhuma referência. Podemos perceber que as tipologias mais referidas são o pão, o vinho, o bragal e os

galináceos e ovos, mas acrescentou-se ainda uma outra tipologia, outros, para inserir bens citados apenas uma vez ou pagamento em animais.

Quanto aos rendimentos pagos em dinheiro, e que podem ser vistos na Figura 4 que se segue, a sua referência é realmente diminuta, apesar de que muito provavelmente mais uma vez estes valores não correspondam á realidade e a ordem recebesse muitos outros pagamentos para além dos que são possíveis de analisar.

Figura 4. Rendimentos (Dinheiro) da Ordem do Hospital



A leitura das fontes permitiu perceber em maior escala as propriedades que a Ordem do Hospital detinha, mas não é citado em todos os casos o tipo de pagamento que a mesma auferia pelos mesmos se encontrarem à exploração. Não se podendo esquecer que quando a ordem detinha igrejas, vilas e lugares auferiria ainda direitos de passagem, portagem entre outros.

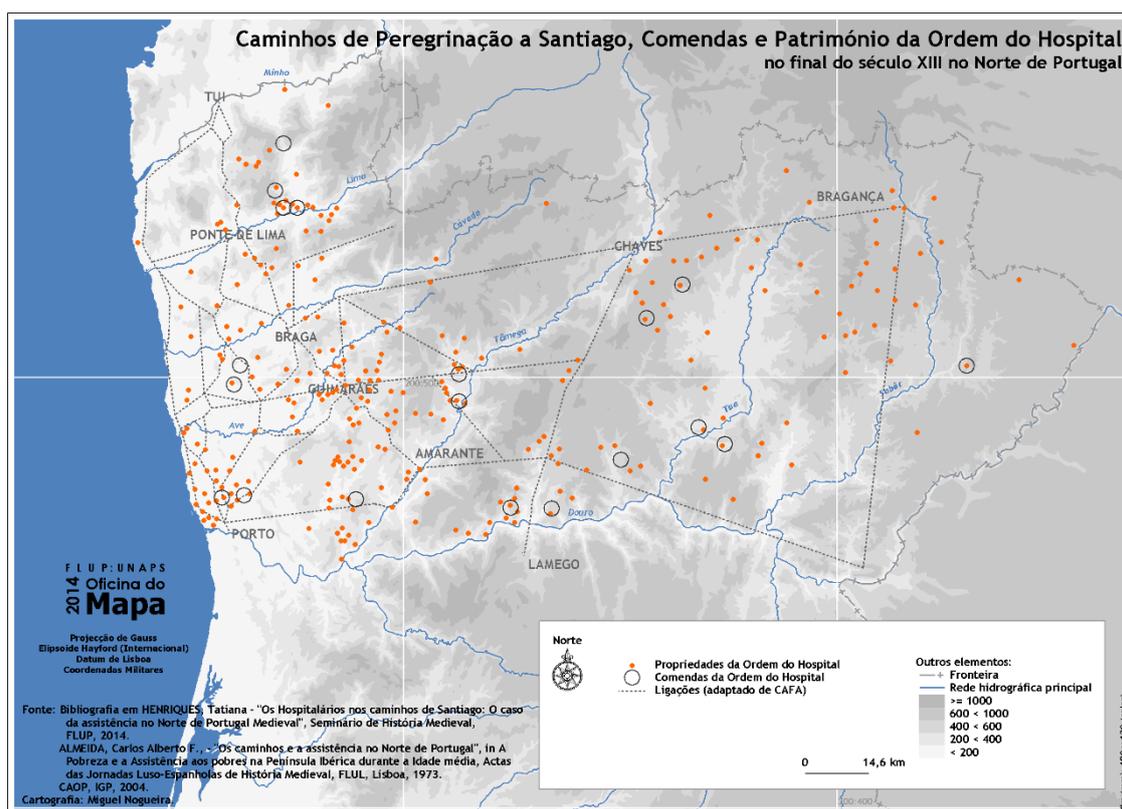
Os mapas anteriores, concebidos para demonstrar de uma melhor forma a distribuição dos bens que a Ordem do Hospital detinha no período final do século XIII, permitem-nos perceber a distribuição dos mesmos pela área geográfica aqui em análise, tal como perceber onde a sua relevância numérica predomina.

3.2. A Ligação com os Caminhos da Peregrinação

Como salientado anteriormente, nomeadamente na introdução, um dos objetivos deste trabalho era a tentativa de perceber se existe alguma ligação de proximidade entre as vias de peregrinação a Santiago de Compostela e os bens e as comendas da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém.

Deverá ficar claro que o método aplicado a esta ordem poderia ter sido feito com uma abordagem semelhante com outras ordens religiosas que também levavam a cabo esta prática assistencial, como foi referido em capítulo anterior. Assim, e após todos os passos explicitados anteriormente, foi possível realizar um mapa onde se pudesse tentar estabelecer esta ligação.

Figura 5. Caminhos de Peregrinação a Santiago, Comendas e Património da Ordem do Hospital Hospital



Este mapa⁵⁰ revela em primeiro lugar algumas das dificuldades com que fomos deparando, nomeadamente em relação às vias. Como é fácil compreender, a região do

⁵⁰ Destacamos que este mapa, tal como todos os que figuram neste trabalho, foram realizados pela Oficina do Mapa com o apoio do Dr. Miguel Nogueira.

Noroeste português apresenta muito mais rigor quanto às vias, graças aos trabalhos de Carlos Alberto F. de Almeida; e, apesar de que os caminhos utilizados na região transmontana deveriam ser neste contexto menos utilizados, a verdade é que dessas regiões afluíam também peregrinos, mas os estudos feitos até agora não permitiram melhorar a cartografia destas vias nessa região. Foi assim salvaguardado o rigor daquelas que seriam as vias principais de peregrinação, mas também vias de ligação entre as mesmas, pelo menos até onde nos foi possível.

Quanto aos bens da Ordem do Hospital é possível perceber que a sua rede de comendas e bens estava intimamente ligada com estas vias; denote-se, porém, que isto não significaria que a mesma apenas receberia bens de acordo com esta ligação, mas a verdade é que a rede de bens está realmente próxima destas vias, tal como as suas comendas, onde muito provavelmente estaria a casa conventual e onde seria feito o apoio a estes peregrinos.

Outro fator importante é a questão das rendas em numerário, as quais, sem esquecer as doações feitas à ordem, seriam uma das grandes formas de obter rendimentos para sustentar não só o seu caráter caritativo, mas também a própria ordem e os seus membros.

Assim, é claramente possível perceber a distribuição das comendas e a sua rede de bens ao longo do norte de Portugal no final do século XIII, e mais ainda estabelecer a clara ligação destas com as vias de peregrinação, pois a sua proximidade é realmente notória e a sua relevância numérica revela um impressionante conjunto de réditos.

Conclusão

A realização deste projeto de seminário consistia desde o início em objetivos concretos que agora, com a sua conclusão, parecem ter sido cumpridos.

Consistindo uma primeira parte na análise bibliográfica de diversos autores, nomeadamente sobre a Ordem do Hospital, a assistência medieval e os caminhos medievais, a essa se acrescentou uma segunda onde a análise de fontes permitiu responder ao objetivos propostos.

Assim, é possível concluir que a Ordem do Hospital tem sido alvo de diversos trabalhos, sendo que as suas raízes estão bem estudadas, tal como a questão da sua fixação em Portugal, cuja cronologia, devido à falta de consenso tem sido objeto de novas teorias. O mesmo não se poderá dizer quanto às questões assistenciais, que apesar de serem marca distintiva da ordem, e missão fundacional da mesma,

apresentam apenas alguns trabalhos pontuais sobre as suas práticas. Mas olhando para a função assistencial no contexto geral os títulos multiplicam-se, com diversos autores que dedicam os seus estudos sobre este tema.

Quanto ao que aqui se propunha cremos ter dado algum contributo ao que até agora se fez, nomeadamente quanto à modernização da cartografia, apesar de Paula Pinto Costa na sua tese de mestrado estabelecer um levantamento de alguns bens, ou o que fez José Mendes da Cunha Saraiva e Manuel Lopes de Almeida na sua obra *Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e, Inquirições da Ordem de Malta*.⁵¹

Foi assim possível estabelecer o levantamento de bens constantes nas duas inquirições, e que permitiu uma visão geral dos bens que a Ordem detinha às datas, estabelecendo assim a sua rede patrimonial. Quanto à sua ligação com as vias de peregrinação parece ter sido também um objetivo atingido, apesar de que a mesmas vias necessitem ainda de mais estudos, pois como prova a Figura 5 deste trabalho muitas das ligações destas vias precisam ser reformuladas.

A verdade é que a análise da rede patrimonial da ordem nos demonstra que esta teria capacidade para a prática assistencial em território português, tal como se poderá verificar que as suas sedes de comenda se encontram próximas de vias. Este fator poderá indicar que nessas casas conventuais poderiam ser recebidos peregrinos, pobres ou outros que aí procurassem refúgio. A verdade é que este tipo de documentação tratada não nos permite, dada a sua finalidade, compreender se existiria prática assistencial por parte da ordem neste território.

Em suma, é possível concluir que de facto existe uma clara ligação entre esta rede patrimonial da ordem e os caminhos de peregrinação, revelando-nos esta não apenas a capacidade da mesma para sustentar este tipo de sistema de apoio, mas também o relevante número de bens que a mesma detinha e que revela a sua importância no período medieval. Por outro lado, teremos ainda de concluir que não é possível atestar com segurança que esta prática seria levada a cabo em todo o território português.

⁵¹ Manuel Lopes de Almeida, "Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e, Inquirições da Ordem de Malta", *Revista "Ocidente"*, 25, 26, 27, 28 (1946). Separatas.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis*, Livros I a IV.

Impressas

Almeida, Manuel Lopes de. “Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilegios e, Inquirições da Ordem de Malta”. *Revista "Ocidente"*, Volumes 25, 26, 27 e 28 (1946). Separata.

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor (ed.). *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*. Lisboa: Academia das Ciências, 2012-2015. Volume IV, Tomos 1-2.

Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones. Lisboa, Academia das Ciências, 1891-1977. Volume I. Fascículos III, IV, V, VIII e IX.

Ventura, Leontina e Oliveira, António Resende de (eds.). *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2006

Bibliografia

Azevedo, Ruy de. “Algumas Acheegas para o Estudo das Ordens de S. João do Hospital de Jerusalém, Depois Chamada de Malta, em Portugal”. *Revista Portuguesa de História*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tomo IV (1949): 317-327.

Coelho, Maria Helena da Cruz. “Mosteiros Medievais num Tempo de Hospedar e Caridade”. *Codex Aquilarensis, Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real* (1992): 9-35.

Costa, Paula Pinto. *A Ordem do Hospital em Portugal*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, 1993.

Costa, Paula Pinto. *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999/2000.

Costa, Paula Pinto. “A Ordem do Hospital em Portugal no Primeiro Século da Nacionalidade”. *Congresso Histórico de Guimarães, Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, vol.5 (1996): 99-107.

Costa, Paula Pinto. “The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal”. Antón M. Pazos (ed.), *Pilgrims and Politics -*

- Rediscovering the power of the pilgrimage*. Londres: Ashgate Publishing Limited, 2012. 69-82.
- Cruz, Manuel. "No Quinto Centenário de D. Manuel I". *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, I Série, Volume 1 (1970): 1-76.
- Ferreira, Carlos Alberto Almeida. "Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal". *A Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade média: Atas das Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Lisboa: FLUL, 1973, 39-57.
- Ferreira, Carlos Alberto Almeida. *Vias Medievais I: Entre o Douro e Minho*. [Dissertação de Licenciatura]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968.
- Herbers, Klaus. "La Monarquía, el Papado y Santiago de Compostela en el Medioevo". *Santiago de Compostela: Ciudad y Peregrino - V Congreso Internacional de Estudios Jacobeos: Atas*. Galiza: Xunta de Galicia, 2000, 101-119.
- Marques, José. "A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média". *I Congresso Internacional dos caminhos Portugueses de Santiago de Compostela: Atas*. Porto: 1989, 9-22.
- Marques, José. "O culto de S. Tiago no Norte de Portugal". *II encuentro sobre los Caminos Portugueses a Santiago, Asociación Amigos de los Pazos: Atas*. Vigo: 1992, 59-85.
- Marques, José. "Os Santos dos Caminhos Portugueses". *Revista da Faculdade de Letras História*, III série, Volume 7 (2006): 243-262.
- Matos, Manuel Cadafaz de. "O Culto Português a Sant'iago de Compostela ao Longo da Idade Média: Peregrinações de Homenagem e Louvor ao Túmulo a à Cidade do Apóstolo entre o Séc. XI e XV". *Bibliotecas Arquivos e Museus*, Volume 1, Tomo 2, (1985): 521-557.
- Matos, Manuel Cadafaz de. "Os Caminhos de Santiago na Área Porto-Braga-Esposende Numa Perspetiva Antropológica e Ecomuseológica", *Colóquio Manuel de Boaventura: Atas*. Esposende: 1985, 397-443.
- Moreno, Humberto Baquero. "Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média". *Revista da Faculdade de Letras: História*, Série II, Volume 3 (1986): 77-90.
- Martins, S. J. Mário. *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*. Lisboa: Edições Brotéria, 1957.

Suarez, Fr. Manuel e Campelo, Fr. Jose. *Historia Compostelana o Sea Hechos de D. Diego Gelmirez Primer Arzobispo de Santiago*. Santiago de Compostela: Editorial Porto, 1950.

Trindade, Maria José Lagos. "A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220". *Las Ordenes Militares Hispánicas Durante la Edad Media: Congresso Internacional Hispano-Português (1971)*: 125-138. Separata.

Versos, Inês. "Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém". Franco, José Eduardo; Mourão, José Augusto Gomes, Ana Cristina da Costa (dirs.), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, 577-592.